



Financeirização, Sistema da Dívida e reflexos das fraudes do Banco Master para a classe trabalhadora

Seminário Nacional realizado na Câmara dos Deputados, organizado pela Auditoria Cidadã da Dívida em conjunto com a Frente Parlamentar sobre o Limite dos Juros e Auditoria Integral da Dívida Pública com Participação Popular
Brasília, 5 de maio de 2026

FINANCEIRIZAÇÃO

- Fenômeno dominante na economia mundial. Tem provocado valorização artificial do capital, sem a devida correspondência em geração de produto, trabalho e renda.

COMO OPERA?

- Relaxamento de regras de controle de capitais e desregulamentação financeira (impulsionadas pelo FMI e BM) viabilizam a criação de:
 - produtos financeiros derivados, abrindo brechas para fraudes;
 - instituições financeiras virtuais, funcionando exclusivamente por meio de plataformas online, como fintechs e bancos digitais;
 - arquiteturas financeiras complexas, a exemplo da Securitização de Créditos Públicos;
 - movimentação cambial especulativa, questionáveis contratos de swap cambial sigilosos e elevada remessa de lucros ao exterior.
- Relaxamento da fiscalização por parte dos Bancos Centrais que, por sua vez, também operam questionáveis mecanismos financeiros, especialmente no Brasil (Bolsa-Banqueiro e juros exorbitantes).
- Proliferação de esquemas fraudulentos.

Danos à economia real e produtiva, desindustrialização, perdas sociais, concentração de renda e atraso socioeconômico e ambiental

FINANCEIRIZAÇÃO GLOBAL

- Quem comanda? **BIS**
- Criado para ser o Banco de Compensações Internacionais, na prática atua como representante dos interesses do mercado financeiro privado, que tem dominado o mundo, submetendo governos e povos com as “regras de Basileia”
- Correia de transmissão (braços do BIS): FMI, BM, BID e bancos centrais
- Pontapé em 1971: fim da paridade dólar-ouro e dólar sem lastro, possibilitando impressão à vontade e sedução ao endividamento de países em desenvolvimento com promessa de juros baixos (Libor e Prime, taxas internacionais controladas pelos mesmos bancos privados internacionais)
- Década de 90: aceleração brutal da desregulamentação financeira, criação de produtos financeiros e crises
- Alguns exemplos no Brasil desde os anos 90:
 - Plano Brady: transformação de dívida externa (suspeita de prescrição) em títulos;
 - Explosão da dívida interna e juros exorbitantes;
 - Escândalo dos precatórios em diversos estados e municípios;
 - Bolsa-banqueiro (Op. Compromissadas e Depósitos Voluntários Remunerados)
 - Securitização de Créditos Públicos.

Reforma Administrativa ou Desmonte?

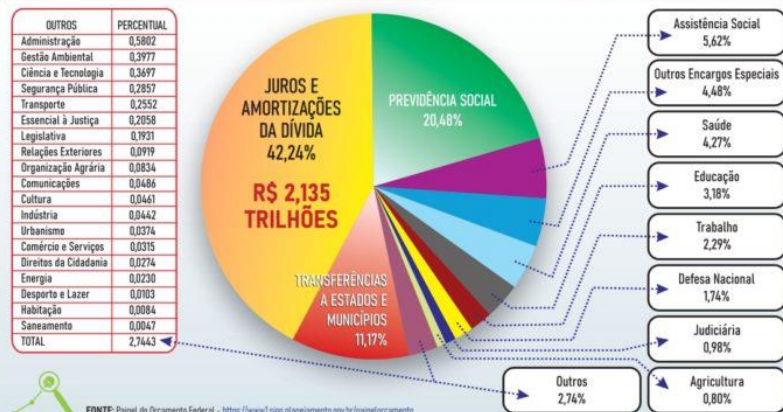
Como o Banco Mundial e o BID interferem para o desmonte dos serviços sociais

Uma nova proposta de "Reforma Administrativa" está sendo apresentada à sociedade de forma extremamente atraente e sedutora, por meio de intensa propaganda de "modernização" do Estado brasileiro, eficiência na prestação de serviços públicos e economia de recursos. Todas as pessoas querem isso, mas será que essa proposta representa isso mesmo? **Você precisa conhecer, porque essa proposta interfere em sua vida!**

A medida foi formalizada na Câmara dos Deputados como **Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 38/2025 e 2 projetos de lei** e pretende fazer uma profunda modificação na Constituição Federal do Brasil. Caso aprovada, essa proposta representará um prejuízo incalculável à população, pois irá DEMOLIR a estrutura do Estado que presta **serviços de saúde, educação, previdência, assistência e demais, os quais correm o risco de serem privatizados ou até desaparecer.**

E o que está por trás desse desmonte da estrutura do Estado? Entregar mais recursos ainda para o pagamento de juros e amortizações da chamada dívida pública, que já consome mais de 40% do orçamento federal anualmente, como mostra o gráfico abaixo, referente ao ano de 2025, por exemplo.

Orçamento Federal Executado (pago) em 2025 = R\$ 5,054 TRILHÕES



AUDITORIA
CIDADA DA OBRAS

FONTE: Planilha do Orçamento Federal - <https://www.planalto.gov.br/jw/reformacomo>
ELABORAÇÃO: Auditoria Cidadã da Dívida. Consulta em 14/12/2025. Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.
Gráfico por Função, com exceção da Função "Encargos Especiais", que foi desmembrada em 3 partes: "Juros e Amortizações da Dívida" (BND 2 e 6); "Transferências a Estados e Municípios" (Programa 0903, e "Outros Encargos Especiais" (restante da função, composta principalmente pelo cumprimento de sentenças judiciais e concessão de financiamentos).

NOTA: O total inicialmente previsto no Orçamento Federal 2025 para as "emendas parlamentares" foi de R\$ 50,4 bilhões. Esse montante inclui emendas de bancada estadual, emendas de comissão e emendas individuais (entre as quais as "Emendas Pivô", no valor de R\$ 4,9 bilhões, que representam 0,14% do orçamento federal pago em 2025). Os valores efetivamente empregados (pagos) em 2025 de todas as emendas parlamentares somaram R\$ 31,5 bilhões (0,62% do orçamento pago). Veja o artigo "O privilégio do Sistema da Dívida no orçamento federal pago em 2025 e o Roteiro das Emendas Parlamentares".

Essa dívida não tem servido para financiar investimentos no país, como já **comprovado pelo Tribunal de Contas da União**, funcionando como o que denominamos **Sistema da Dívida**.

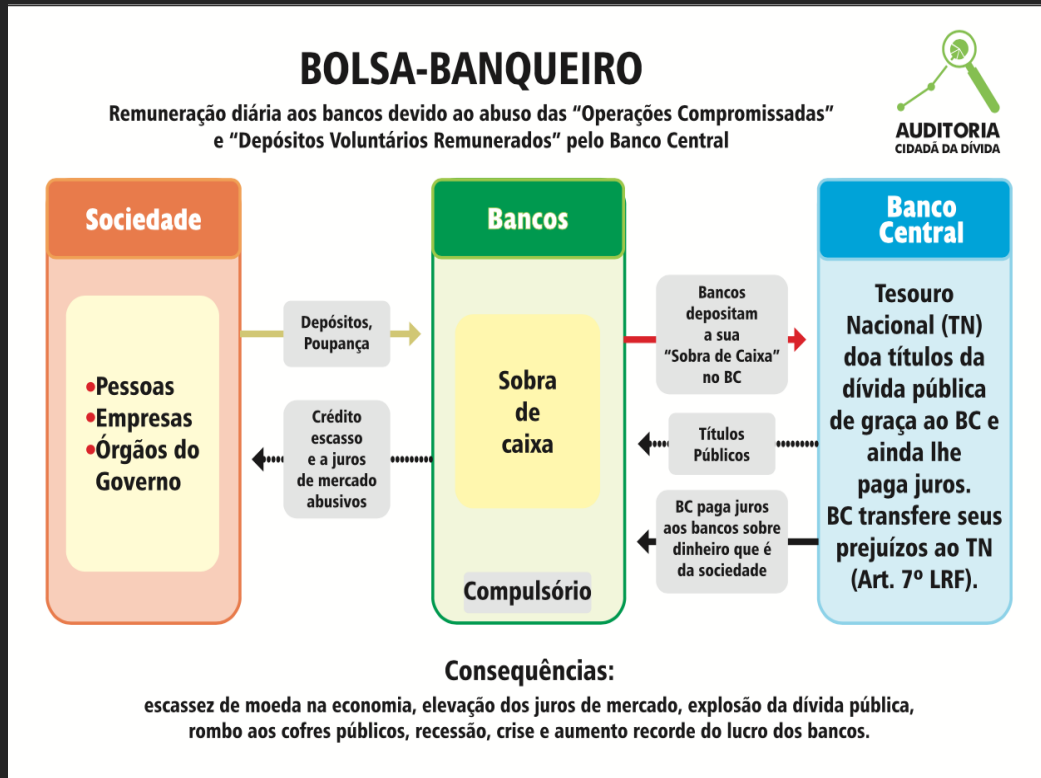
A proposta de "Reforma Administrativa" privilegia o Sistema da Dívida também no âmbito dos Estados, Municípios e Distrito Federal, na medida em que limita o crescimento das despesas com

BIS e seus braços mandam no Brasil

- **FMI:** interferência histórica em assuntos internos da economia brasileira, especialmente no Sistema da Dívida
- **FMI e BIS** textualmente citados no relatório do senador Plínio Valério à PEC 65/2023: "em linha com os Códigos de Transparência do FMI e com as diretrizes de governança do Banco de Compensações Internacionais (BIS)"
- **Banco Mundial e BID:** Estrutura da chamada Reforma Administrativa é ditada pelo conteúdo de documentos do BM e BID, conforme resumido no folheto da ACD: <https://auditoriacidada.org.br/wp-content/uploads/2026/01/Reforma-Administrativa-ou-Desmonte-2.pdf>

Relação entre a FINANCEIRIZAÇÃO e o SISTEMA DA DÍVIDA

- O Sistema da Dívida é um dos principais alimentos do mercado financeiro que o BIS representa <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/o-que-e-o-sistema-da-divida/>
- Mecanismos financeiros operados pelo Banco Central são os principais alimentos do Sistema da Dívida no Brasil: Bolsa-Banqueiro e Juros exorbitantes



BANCO CENTRAL GERA ROMBO AINDA MAIOR EM GASTOS ANUAIS COM JUROS DA DÍVIDA PÚBLICA

R\$ 62,9 BILHÕES

A CADA 1% DE AUMENTO DA SELIC

	DLSP		DBGG	
	R\$ bilhões	p.p. PIB ^{1/}	R\$ bilhões	p.p. PIB ^{1/}
Desvalorização de 1% na taxa de câmbio ^{2/}	-8,9	-0,07	10,0	0,08
Elevação de 1 p.p. na taxa Selic ^{2/ 3/}	62,9	0,49	57,3	0,45
Redução de 1 p.p. nos índices de preços ^{2/ 3/}	-21,9	-0,17	-21,6	-0,17

^{1/} Impacto na relação DLSP/PIB ou DBGG/PIB, conforme o caso.
^{2/} Impactos são simétricos no caso de valorização cambial, redução de taxa Selic e aumento de índices de preços.
^{3/} Variação mantida por doze meses.

AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

Esquema de Securitização de Créditos Públicos encarna a Financeirização e vira MODELO DE NEGÓCIOS

A chamada "securitização de créditos públicos" tem se tornado um modelo de negócios, mediante o qual o **mercado se apodera de recursos públicos** antes mesmo que tais recursos alcancem os cofres públicos. Os recursos públicos são **desviados durante o seu percurso pela rede bancária**, tal como acontece em um empréstimo consignado, e não são sequer contabilizados no orçamento público. <https://auditoriacidada.org.br/plp-459-17/entenda-tudo-aqui/>

- TRIBUTOS (CPSEC S/A, PBH ATIVOS S/A)
- ROYALTIES (RioPrevidência <https://bit.ly/3u0H08u>)
- RECEITAS COMERCIAIS (Nióbio em MG <https://bit.ly/3tbVh35>)



<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/securitizacao-o-consignado-turbinado-de-recursos-publicos/>

Responsabilidade do Banco Central na geração e crescimento de Dívida Pública Ilegítima desde a sua criação

- Ainda na década de 60 do século passado com a autorização para os denominados “Empréstimos em Moeda” (Resolução 63/67);
- Assunção do papel de devedor de dívida externa do setor público e privado perante bancos privados internacionais em todos os acordos da década de 80 firmados em Nova York, à revelia da Constituição Federal;
- Pedido de renúncia (*Waiver Request*);
- Troca de dívida externa suspeita de prescrição no Plano Brady em condições ilegais e até sem contrato assinado;
- Aplicação histórica de taxas de juros extremamente elevadas sob a falsa justificativa de “combater inflação”, provocando a explosão da dívida interna;
- Remuneração diária da sobra de caixa dos bancos, esterilizando moeda que provoca elevação dos juros de mercado e rombo aos cofres públicos (Bolsa-Banqueiro). Para isso, o BC recebe, do Tesouro Nacional, trilhões em títulos da dívida pública e centenas de bilhões de reais de juros;
- Tentativa de compra de papel podre de bancos sem limite (PEC 10) e PEC 65;
- Adoção de medidas de transferência de trilhões de reais aos bancos, na pandemia;
- Prejuízos de centenas de bilhões de reais que são transferidos para o Tesouro Nacional e cobertos com dívida pública.

ESCÂNDALO DO BANCO MASTER

Fraudes cometidas pelo Banco Master, fartamente comprovadas, escancaram:

- O funcionamento desregulamentado do sistema financeiro possibilita fraudes e provoca crises que atingem todo o sistema financeiro e a economia;
- A falta de controle por parte do Banco Central: - Como um banco que tinha capital de apenas R\$ 1,586 bilhão (após o aumento autorizado pelo próprio BC, de cerca de R\$ 400 milhões, em outubro de 2025) pode ter gerado um prejuízo de mais de R\$ 50 bilhões ao FGC, além de prejuízo de dezenas de bilhões a pelo menos 19 fundos de Previdência de estados e municípios?
- Emissão de papéis podres que percorriam uma sequência de instituições em processo de sobrevalorização fictícia. A cada dia são anunciadas mais fraudes.
- Envolvimento e o apodrecimento de elevadas estruturas de poder, corroídas por deslavada corrupção e enriquecimento ilícito.
- Necessidade de rever a Lei Complementar 179/2021, que concedeu independência ao Banco Central, e barrar a tramitação da PEC 65/2023, que pretende elevar o erro da autonomia do BC para o âmbito constitucional.

É URGENTE INSTALAR A CPMI DO BANCO MASTER

ESCÂNDALO DO BANCO MASTER

3 de abril de 2025

Venda para BRB beneficia ambas as partes, diz economista-chefe do Master

Paulo Gala destaca expansão robusta do banco e defende aumento da concorrência no sistema financeiro brasileiro

Da CNN
03/04/2025 às 20:55 | Atualizado 03/04/2025 às 20:55



<https://www.youtube.com/watch?v=vekp4iBabnQ>

<https://globoplay.globo.com/v/14550702/>

3 de setembro de 2025



BRB ainda busca solução financeira para cobrir fraudes do Master

Bom Dia Brasil

4 de maio de 2026



É URGENTE INSTALAR A CPMI DO BANCO MASTER

ESCÂNDALO DO BANCO MASTER E AS PERDAS PARA A CLASSE TRABALHADORA



Monitor
Mercantil

A crise do Banco Master e sua repercussão sobre os regimes próprios de previdência

Futuro das aposentadorias passou a depender do humor do mercado financeiro
Por José Menezes Gomes, Maria Lucia Fattorelli e Rodrigo Ávila

Por **Redação** - 16:52 - 30 de outubro de 2025

<https://monitormercantil.com.br/a-crise-do-banco-master-e-sua-repercussao-sobre-os-regimes-proprios-de-previdencia/>

Fraudes cometidas pelo Banco Master atingem a economia e a classe trabalhadora:

- Até o momento, pelo menos 19 fundos de Previdência de Estados e Municípios ficarão com o prejuízo dos papéis podres adquiridos do Master;
- Até o momento, 9 instituições financeiras ligadas ao Master já quebraram: perda de empregos
- BRB ameaçado de intervenção, coloca em risco milhares de empregos e prejuízo bilionário ao Distrito Federal

É URGENTE INSTALAR A CPMI DO BANCO MASTER

CONJUNTURA ESCANCARA

A CENTRALIDADE DO SISTEMA DA DÍVIDA E O SACRIFÍCIO PARA OS DIREITOS SOCIAIS

- Crescimento acelerado da Dívida Pública Federal em 2025, ampliando o peso do Sistema da Dívida sobre o orçamento público.
- Restrição dos investimentos sociais em áreas essenciais, diante da prioridade ao pagamento da dívida, apesar dos recordes de arrecadação.
- Escândalo do Banco Master evidencia falhas graves na supervisão do Banco Central, erro da "independência" (LC 179/2021) e infâmia do setor financeiro que está avançando com a PEC 65 no Senado.
- Taxas de juros elevadas seguem travando o crescimento econômico e aumentando absurdamente o custo da dívida, provocando mais inflação, mas o BC faz o falso discurso de subir juros para reduzir inflação, usando até a guerra como desculpa para manter juros altos e favorecer rentistas.
- PEC 38/2025 (Reforma Administrativa) ameaça direitos e aprofunda o desmonte do Estado para que sobre mais dinheiro para pagar juros.
- Necessidade de fortalecimento das campanhas da ACD

É URGENTE ENFRENTAR O SISTEMA DA DÍVIDA

Campanhas “É hora de virar o jogo” , “Pelo Limite dos juros no Brasil” e “Campanha Nacional por Direitos Sociais” impulsionam a divulgação das lutas sociais



<https://auditoriacidade.org.br/e-hora-de-virar-o-jogo/>

<https://auditoriacidade.org.br/limite-dos-juros/>



<https://auditoriacidade.org.br/campanha-nacional-por-direitos-sociais/>

LIMITE
DOS JUROS JÁ!
ATÉ 12% AO ANO
(ou o dobro da Selic, o que for menor)

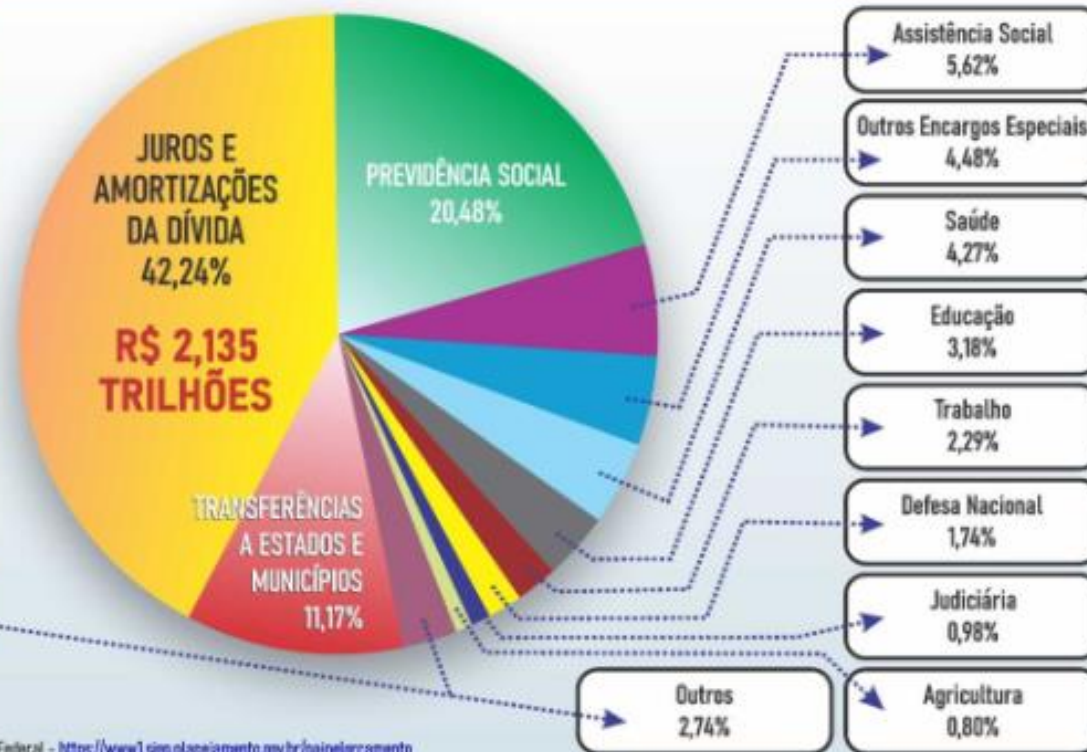


AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA

Caso de polícia: gastamos mais de R\$ 2 trilhões com o Sistema da Dívida em 2025

Orçamento Federal Executado (pago) em 2025 = R\$ 5,054 TRILHÕES

OUTROS	PERCENTUAL
Administração	0,5802
Gestão Ambiental	0,3977
Ciência e Tecnologia	0,3697
Segurança Pública	0,2857
Transporte	0,2552
Essencial à Justiça	0,2058
Legislativa	0,1931
Relações Exteriores	0,0919
Organização Agrária	0,0834
Comunicações	0,0486
Cultura	0,0461
Indústria	0,0442
Urbanismo	0,0374
Comércio e Serviços	0,0315
Direitos da Cidadania	0,0274
Energia	0,0230
Desporto e Lazer	0,0103
Habitação	0,0084
Saneamento	0,0047
TOTAL	2,7443



FONTE: Painel do Orçamento Federal - <https://www1.cisap.planejamento.gov.br/painelorcamento>

ELABORAÇÃO: Auditoria Cidadã da Dívida. Consulta em 14/1/2026. Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

Gráfico por Função, com exceção da Função "Encargos Especiais", que foi desmembrada em 3 partes: "Juros e Amortizações da Dívida" (OND 2 e 6); "Transferências a Estados e Municípios" (Programa 0903); e "Outros Encargos Especiais" (restante da função, composta principalmente pelo cumprimento de sentenças judiciais e concessão de financiamentos).

NOTA: O total inicialmente previsto no Orçamento Federal 2025 para as "emendas parlamentares" foi de R\$ 50,4 bilhões. Esse montante inclui emendas de bancada estadual, emendas de comissão e emendas individuais (entre as quais as "Emendas Pix", no valor de R\$ 6,9 bilhões, que representaram 0,14% do orçamento federal pago em 2025). Os valores efetivamente empregados (pagos) em 2025 de todas as emendas parlamentares somaram R\$ 31,5 bilhões (0,62% do orçamento pago). Veja o artigo "O privilégio do Sistema da Dívida no orçamento federal pago em 2025 e o Risco X das Emendas Parlamentares".

O peso do Sistema da Dívida sobre as famílias

CNN BRASIL ECONOMIA Ao vivo Política Money WW Agro Infra Esportes

CNN BRASIL MONEY

Fatia da renda para pagar juros atinge maior patamar em 20 anos no Brasil

Comprometimento do orçamento dos brasileiros para honrar compromissos financeiros já chega a quase 30%; especialista fala em sinal de alerta para a economia

Pedro Zanatta, Vitória Queiroz, da CNN Brasil, São Paulo e Brasília
22/03/26 às 15:41 | Atualizado 22/03/26 às 20:57

Fatia da renda para pagar juros atinge maior patamar em 20 anos no Brasil | CNN PRIME TIME

CNN BRASIL

FATIA DA RENDA PARA PAGAR JUROS É A MAIOR EM 20 ANOS



<https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/fatia-da-renda-para-pagar-juros-atinge-maior-patamar-em-20-anos-no-brasil/>

A dívida pública deveria estar financiando investimentos de interesse da sociedade e do país, viabilizando o nosso desenvolvimento socioeconômico e ambiental.

Mas não é isso que acontece! O endividamento público tem funcionado às avessas:

“SISTEMA DA DÍVIDA”

- Contínua subtração de recursos públicos;
- Ausência de contrapartida em investimentos, como declarou o Tribunal de Contas da União TCU <https://bit.ly/2NTPIJo>
- Dívida alta tem justificado teto de gastos, arcabouço fiscal, contrarreformas, privatizações, juros altos (!).
- **Ver vídeo 17** <https://bit.ly/2YE5R2S>

TCU CONFIRMOU QUE A DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL NÃO TEM CONTRAPARTIDA EM INVESTIMENTOS

Destinação de recursos para investimentos



VIA ORÇAMENTO

- No período de 2000 até 2017, nenhuma despesa orçamentária do OFSS classificadas no GND 4 – Investimentos foi custeada com recursos das fontes 43 ou 44 (fonte emissão de títulos)

VIA BNDES

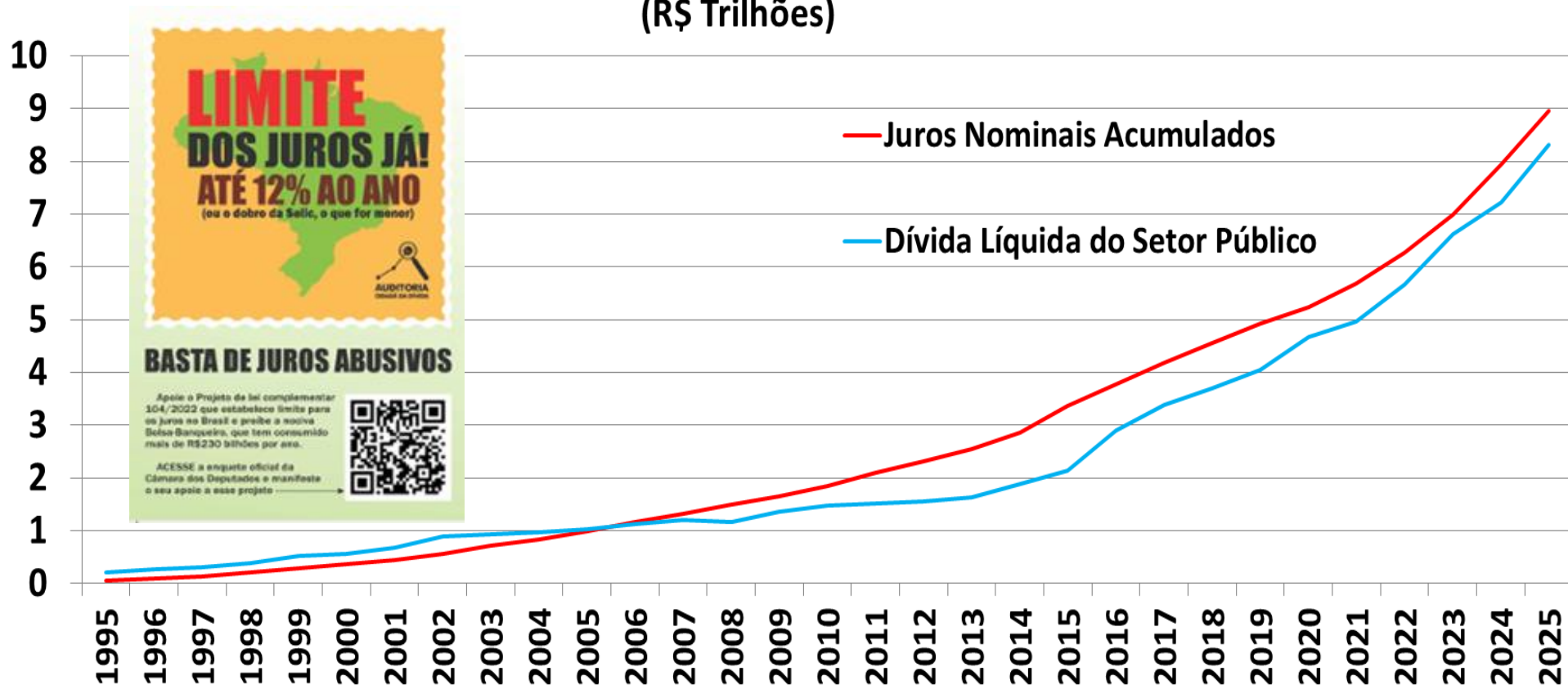
Países	Valor Liberado Até Agosto/2017
Brasil	449.925.787.081,14
Argentina	1.212.460.250,20
Angola	1.006.233.901,59
Estados Unidos	654.378.246,44
Venezuela	236.143.356,22
Chile	230.233.940,40
República Dominicana	201.679.496,00
Canadá	56.887.934,21
Equador	40.945.584,10
Uruguai	5.648.435,33
Cuba	2.538.069,09
Peru	75.472,99
México	398.327,29
Índia	265.374,00
Diversos Países	2.307.319.588,72
Total	455.881.695.057,72

Tela apresentada pelo TCU ao Senado em audiência pública da CAE realizada em 25/06/2019
<https://auditoriacidada.org.br/video/tcu-afirma-que-divida-nao-serviu-para-investimento-no-pais/>

<https://auditoriacidada.org.br/video/tcu-afirma-que-divida-nao-serviu-para-investimento-no-pais/>

JUROS ALTOS SÃO O PRINCIPAL FATOR RESPONSÁVEL PELO CRESCIMENTO EXPONENCIAL DA DÍVIDA PÚBLICA

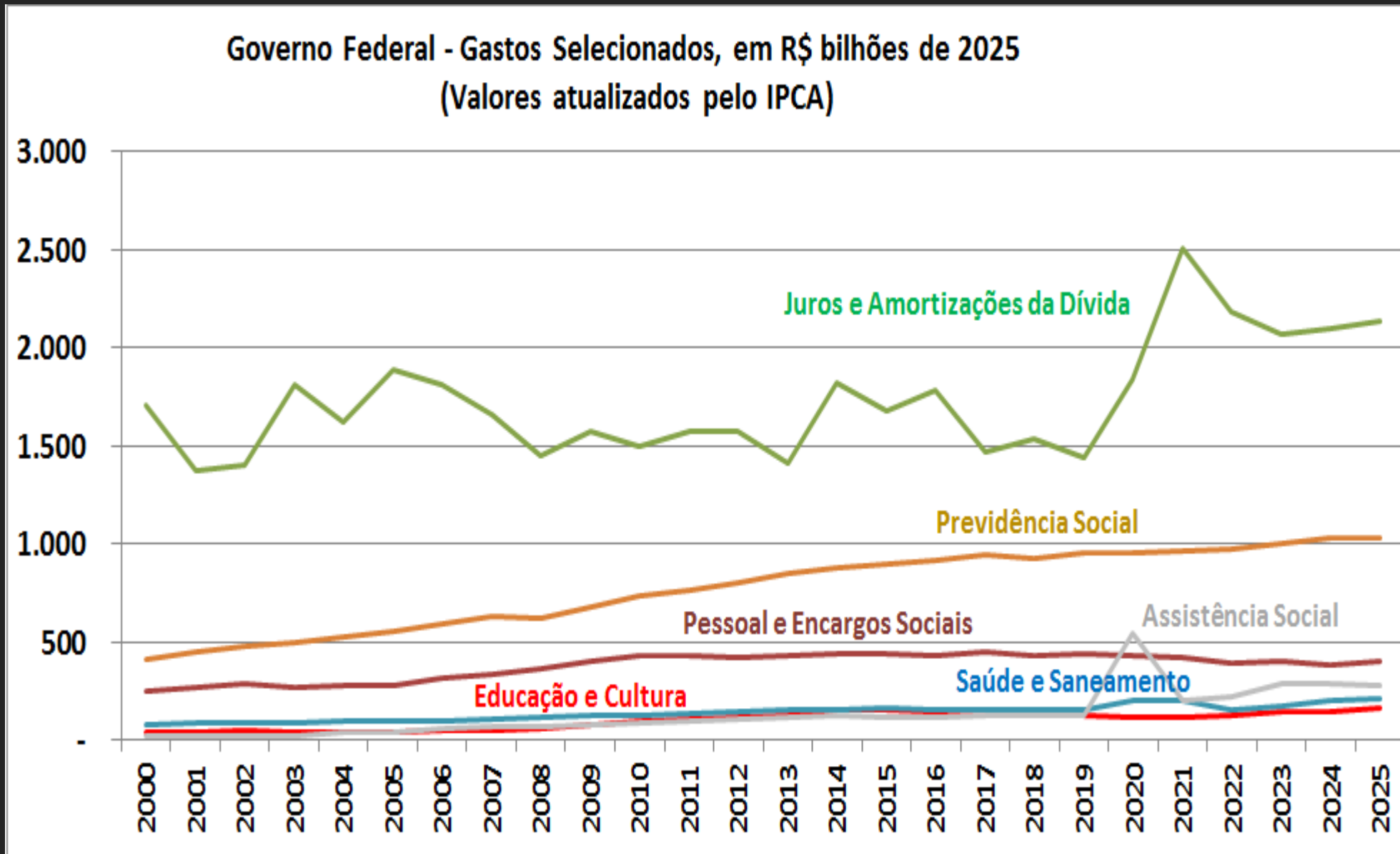
Relevância dos Juros no Estoque da Dívida Líquida do Setor Público
(R\$ Trilhões)



Fonte: Séries Temporais do Banco Central nº 16.830, 4.478, 16.962 e 4.759. Disponíveis em:

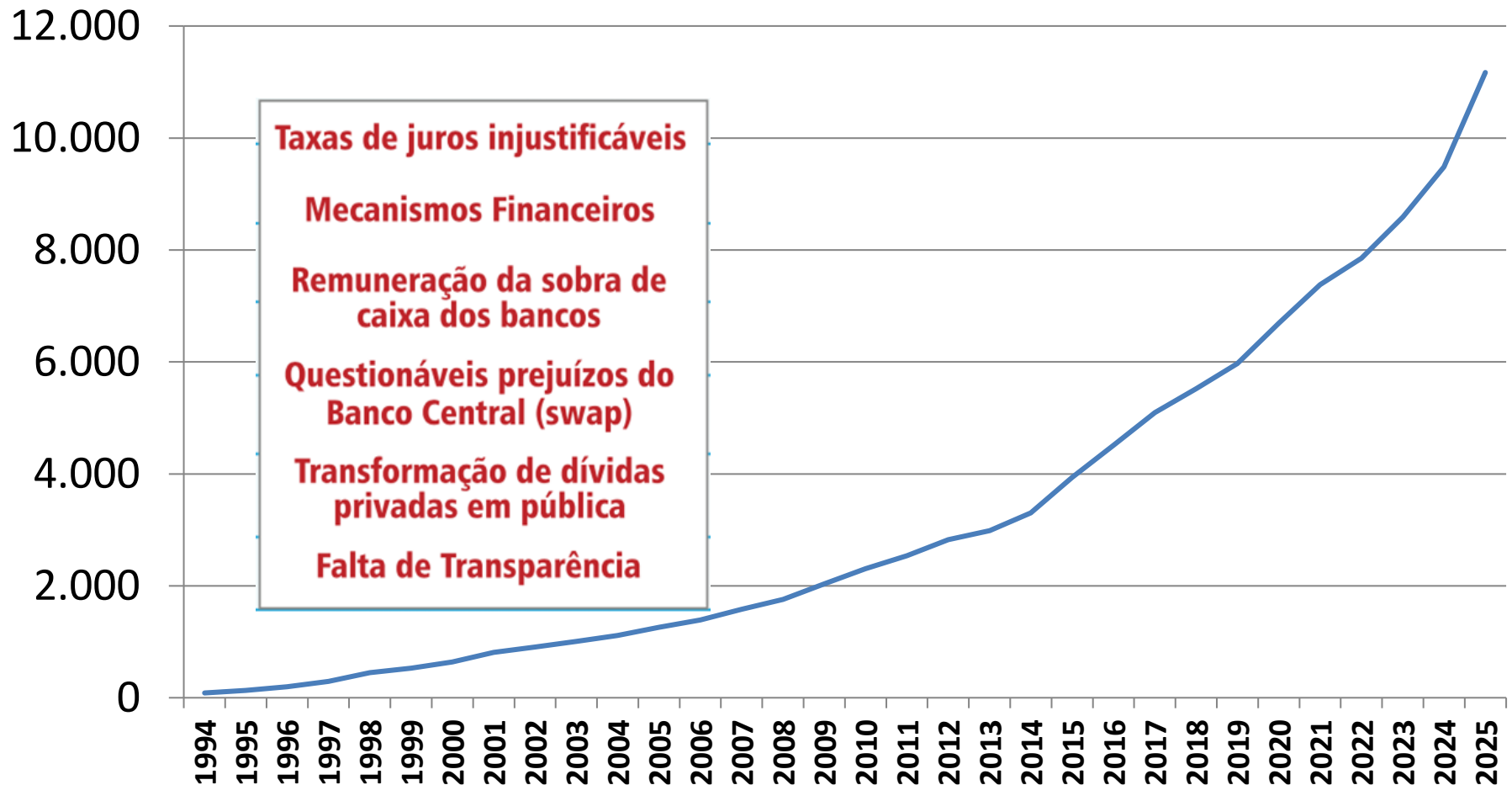
<https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>

ONDE ESTÁ O VERDADEIRO ROMBO DAS CONTAS PÚBLICAS ???



A EXPLOSÃO DA DÍVIDA INTERNA

Dívida Interna Federal (R\$ bilhões)



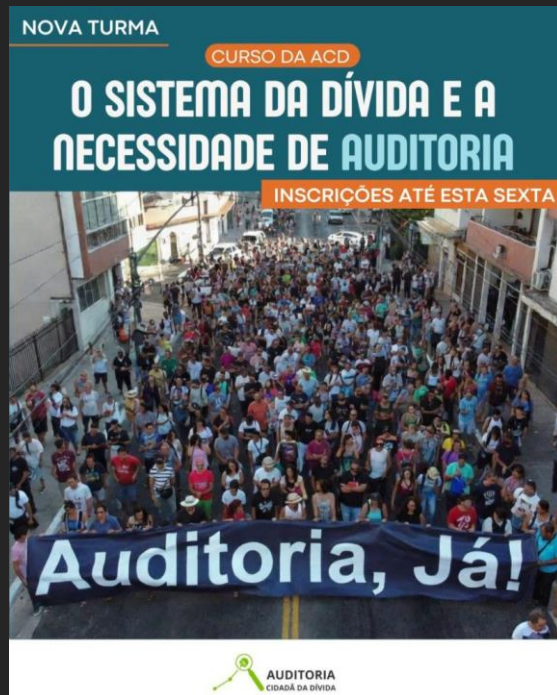
Fonte: Banco Central - Nota para a Imprensa - Política Fiscal - Quadro "Títulos Públicos Federais" e Relatório Mensal da Dívida do STN (Anexo 2.1)

A dívida pública gigante tem sido usada como desculpa para:

- Destinação da maior fatia do orçamento federal anualmente para o pagamento de gastos com o Sistema da Dívida e os juros mais elevados do planeta;
- Contínuas contrarreformas, como as várias reformas da Previdência e a chamada reforma Administrativa;
- Estabelecimento de modelo econômico pautado na escassez, com teto (EC 95/2016 e LC 200/2023) para investimentos sociais e políticas públicas de interesse da sociedade;
- Falta de recursos para áreas essenciais como educação, saúde, direitos das mulheres, meio-ambiente e demais;
- Privatizações insanas, desde Collor, passando por todos os governos.

TUDO ISSO PARA O PAGAMENTO DE UMA CHAMADA DÍVIDA SEM CONTRAPARTIDA ALGUMA EM INVESTIMENTOS NO PAÍS

É urgente difundir o conhecimento do SISTEMA DA DÍVIDA e mobilizar a sociedade nacional e internacional por uma auditoria integral com participação social



Participe do novo curso da ACD a distância

<https://auditoriacidada.org.br/cursos/>



Conheça e divulgue a Cartilha

<https://bit.ly/42HOWM3>

Muito grata

Maria Lucia Fattorelli

ACESSE

AUDITORIACIDADA.ORG.BR



/AUDITORIACIDADA.PAGINA



/AUDITORIACIDADADADIVIDA



/AUDITORIACIDADABR



/AUDITORIACIDADA



/Spotify.



Google Podcasts



/AUDITORIACIDADA

ÉHORADEVIRAR0JOGO